

DA COMPLEXIDADE COMUNICACIONAL: novas experiências e dinâmicas na sociedade do conhecimento e da informação¹

Pedro Henrique ANDRADE²
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS, RS

RESUMO

Este trabalho procura dialogar sobre as vastas possibilidades temáticas que as ciências da comunicação abordam. Considerando este tempo-espço informacional como um potencializador da maleabilidade do campo, apresenta-se no decorrer deste excerto, duas tematizações distintas que são abarcadas pela episteme abrangente do campo, sendo elas: a) a profusão dos movimentos sociais em rede; b) as dinâmicas de vigilância e/ou intimidade em rede. Compreendendo os dois temas como deveras discrepantes entre si, reivindica-se ser a maleabilidade justamente o que faz e torna as ciências da comunicação um espaço frutuoso para debater distintos temas e objetos.

PALAVRAS-CHAVE: comunicação; movimentos sociais em rede; intimidade; complexidade.

1. Das introduções

As duas primeiras décadas do século XXI nos possibilitaram experienciar mudanças significativas nas formas de ser-estar no mundo, de nos relacionar uns com os outros, de exercer cidadania, de reivindicar direitos e, entre tantas outras coisas, remodelou dinâmicas na estrutura do sistema material-econômico vigente, o capitalismo. Longe de perder suas principais características, mas evidenciando de modo ainda mais perceptível suas vulnerabilidades e fragilidades estruturais, o sistema demonstrou que está sempre pronto para se atualizar e expõe, na realidade do cotidiano, que se modifica conforme se modificam as tecnologias do tempo corrente, num aspecto relacional e interdependente que nos parece cíclico.

Se durante a idade média, eram as terras que nos indicavam o poder econômico e político dos sujeitos e sujeitas, representando simbólica e materialmente o que havia de mais valioso à época, a descoberta da máquina e da produção em massa nos mostrou a atualização de um sistema que continuava visando o lucro desmedido, mas sob

¹ Trabalho apresentado no GT Pensamento Comunicacional (MUDAR), do PENSACOM BRASIL 2022.

² Mestrando do Programa de Pós Graduação em Ciências da Comunicação da UNISINOS | email: pedroandradejornalismo@gmail.com

circunstâncias outras. No limiar da modernidade, mais do que deter terras, o importante era deter máquinas, e, portanto, assumir o controle das rotinas e lógicas produtivas que permearam os primórdios da Revolução Industrial. Percebemos aqui, que em ambas situações há uma materialidade que determina as manifestações e a manutenção de poder: tanto territórios quanto máquinas são poderes palpáveis, concretos, explícitos.

Na hodiernidade, os detentores de terra e máquinas, continuam solidificando o sistema vigente, contribuindo para a sua regulação e servindo como termômetro para mantê-lo funcionando. Curiosamente, contudo, terra e máquina já não representam o que há de mais valioso em âmbitos econômicos. As transformações societárias que acompanham a digitalização das atividades, o armazenamento de informações e o advento da tecnologia digital, reconfiguraram também os processos produtivos, e sendo assim, o sistema do qual temos falado desde o início deste ensaio.

Os cidadãos com as maiores fortunas da atualidade comungam de algo em comum: são empreendedores e controlam ou investem em conglomerados relacionados às plataformas de redes sociais, de compra e venda em varejo *online*, de sistemas operacionais, entre outras tantas empresas semelhantes que possuem a atividade econômica baseada em um mesmo eixo: a tecnologia digital.

A completude da digitalidade iniciada aos fins do século passado passou a transitar pela cotidianidade de maneira despretensiosa e mudou lógicas há muito consolidadas e das quais estávamos acostumados. O conhecimento, torna-se nesta configuração de mundo, a estrutura basilar do sistema capitalista e, sendo imaterial e tácito, representa nas palavras de Dowbor (2020), a “economia do intangível”. Os acumuladores de capital contemporâneos não são os maiores detentores de terras e acumuladores de territórios, nem detêm os principais contingentes de máquinas; mas tudo aqui se relaciona casualmente para o sucesso destes atores sociais sob a égide de uma sociedade neoliberal: eles agora têm o acesso e domínio aos *softwares*, às plataformas de redes sociais, aos mecanismos de inteligência artificial (DOWBOR, 2020). A base produtiva da sociedade desloca-se para um modelo que privilegia algo que não se esgota; e que não é tangível. Mudam-se também as próprias lógicas cristalizadas do que se convencionou chamar de “meios de produção”. Alteram-se, por conseguinte, *as formas de ser-estar no mundo, de nos relacionar uns com os outros, de exercer cidadania, de reivindicar direitos*, exatamente como o exposto no primeiro parágrafo deste excerto.

Castells (2002), já nos alertava para as modificações advindas a partir das transformações dessa nova forma de sociedade, a qual conclama “em rede” ou ainda, “informacional”, mesmo antes do incremento pleno da digitalização dos processos e do advento das plataformas de redes sociais. Para o autor “a base material construída em redes definia os processos sociais predominantes, conseqüentemente dando forma à própria estrutura social” (2002: 567), principalmente quando pensamos em lógicas produtivas e econômicas, e não menos importante: as comunicacionais, conversacionais e midiáticas. Fazemos todos, parte de uma cadeia produtiva que se forma a partir de grandes nós, que nos interligam, a partir de fluxos em rede. Para o sistema vigente, se apropriar dessa peculiaridade, mais que necessário, torna-se fundamental.

Com imenso embasamento histórico conceitual, Castells (2002) relata-nos as principais mudanças advindas do último século, em especial as do pós-guerra: o incremento das pesquisas em tecnologia aplicada à digitalidade, a dissociação do bloco soviético e a estruturação da economia após a “vitória” estadunidense na Guerra Fria. As importantes dimensões históricas aqui apresentadas, embora citadas rápida e casualmente, nos ajudam a compreender de maneira gradual como a informação e o conhecimento se tornaram os principais representantes deste tempo no qual estamos situados. Ao reconfigurar as dimensões espaço-temporais, facilitando e simplificando acessos, tornaram-se, por conseguinte, valiosos poderes, que como nos tempos passados, continuam nas mãos de poucos, representando o princípio primordial do sistema capitalista: o acúmulo. Apoiando-nos no que expõe Moglen (2014), relembramos que a adoção da tecnologia digital fez emergir novas condições sociais - para além das materiais, relacionais e culturais aqui já explicitadas - e mesmo que tenha modificado as estruturas dos antagonismos e as disputas de classe, continua perpetuando-os, sob novas formas, de novos jeitos.

Devemos considerar consensual que os paradigmas tecnológicos modificam a relação dos sujeitos com o mundo. Foi assim com descobertas basilares para a humanidade, como a roda e a alavanca. Foi assim também com a descoberta da internet. Longe de tentar historicizar todo o processo e sem desconsiderar sua importância, valemo-nos aqui de um recorte específico: as modificações advindas a partir de uma comunicação mediada por aparelhos midiático-comunicacionais. Se há 30 anos eram os computadores os principais representantes dessa particularidade, hoje temos em nossas

mãos dispositivos digitais que nos possibilitam uma miríade de envolvimento e situacionalidades: de acesso à internet para pesquisas simples à gravação de fotos e vídeos, entre outras milhares de possibilidades que os sistemas operacionais privados oferecem a seus usuários (como os chamam), com aplicativos que possibilitam uma variada gama de funções e que, na imensa maioria das vezes, configuram-se gratuitos.

Neste trabalho, reivindicamos ser impossível pensar a tecnologia dissociada da sociedade. Com parcimônia para evitar determinismos tecnológicos e abordagens excessivamente otimistas, também buscamos fugir de posturas tecnofóbicas em relação às transformações sociais advindas da digitalização. Apoiando-se em discussões fecundas e heterogêneas abordadas na disciplina de “Mídias, Identidades Culturais e Cidadania” e pensando junto à Castells (2002), que importa-nos mais compreender que “a tecnologia é a sociedade” (2002: 43), escolhemos compreender que são nas dobras e nas inflexões que podemos sugerir novos questionamentos a partir e desde à comunicação.

Neste ensaio, em diálogo com uma vasta gama de autores, apresentaremos exposições sobre como a nova configuração do sistema capitalista, instada sob a ótica da informação e do conhecimento, aliada a internet, as novas tecnologias e o advento da comunicação e cultura digitais se configuram relacionais aos processos sociais da contemporaneidade. Buscamos, portanto, situar alguns temas dos quais consideramos importantes inseridos na vastidão de fenômenos abarcados pela digitalização da sociedade. Para isso apresentaremos na sequência discussões acerca de dois eixos que se (re)configuraram de maneira significativa na última década, ou que também despertaram neste tempo-espaço; surgiram, portanto.

Situando-nos junto ao pensamento de Cortina (2004), fugiremos de debates idealistas no qual os meios pelos quais os sujeitos praticam ou exercem a comunicação e suas dinâmicas conversacionais, condicionam-os de maneiras homogêneas. Sem intenção de encerrar o debate e muito menos com o intento de atestar posturas valorativas sobre os temas apresentados, buscaremos: a) entender e demonstrar as peculiaridades dos movimentos sociais em rede, visualizando-os como representantes específicos deste momento histórico, co-relacionando suas características principais com debates e tensionamentos sobre as novas formas de construção de cidadania; e b) pensar e refletir sobre as urgentes e necessárias tematizações sobre a vigilância em rede, cibercontrole e visibilidade midiática, ancoradas a partir do crescimento das narrativas de si

possibilitadas pela internet, concatenadas, portanto, com debates intrínsecos às discussões sobre o sensível na comunicação e que envolvem novas formas de compreensão da intimidade, da privacidade e da exposição de si.

Por fim, apresentaremos sugestões sobre como a comunicação pode abordar a complexidade desses fenômenos - entendendo e assumindo que são distintas abordagens e que há grandes diferenciações conceituais entre os temas - congregando à ideia de que somos todos multidimensionais e de que só um olhar complexo e desarraigado das visões e concepções positivistas e funcionalistas pode dar conta de situar toda a vastidão de possibilidades para o entendimento destes.

Resguardamos e defendemos o direito de olhar para os fenômenos a partir de um pensamento científico que congrega visões, não se desvincula nem tenta fugir dos panoramas apresentados e aponta caminhos a partir de uma inventividade que deve ser pessoal, particular e criativa tal qual nos propõe uma cidadania científica. (EFENDY, 2011).

2. Dos novos movimentos sociais e das novas formas de exercer cidadania

No início da década passada, vimos despertar movimentos sociais com algumas especificidades. Eles se distinguiam do que se convencionou chamar de movimentos sociais no século XX porque iniciavam em espaços que não eram os dos sindicatos e das organizações e, embora fizessem suas reivindicações nas ruas, incorporando-se às vivências dos sujeitos nos centros urbanos, se organizavam, quase sempre, em rede, dentro das plataformas, em grupos *online*.

A Primavera Árabe (2011), o *Occupy Wall Street* (2011), as Jornadas de Junho (2013), para citar apenas alguns dos mais marcantes e vultuosos, tinham forte teor social, reuniam pessoas de distintos espectros políticos e tinham como característica uma crítica significativa ao sistema. Ainda assim, comportavam diversas contradições dentro de suas pautas e abordagens, sendo heterogêneos e, por vezes, dicotômicos. Movimentos como esses nos fizeram olhar para questões para além do que a vista alcança, nos propondo que já não eram mais tão válidas e intocáveis as teorias ortodoxas do de meados do século XX.

Com teor *glocalizado*, essas manifestações tinham características locais e globais ao mesmo tempo. Possuíam pontos estruturantes e basilares, mas acabavam atravessando barreiras e limites impostos por uma visão dual, sendo de difícil absorção conceitual. Remodelaram-se também as formas de cobertura midiática desses eventos; saem os helicópteros das grandes iniciativas hegemônicas de mídia que acostumaram a cobrir movimentações sociais “de cima” e de maneira verticalizada, entram em cena atores sociais vivenciando essas movimentações ao lado (ou como) manifestantes - em seus plenos exercícios de cidadania - com seus celulares e outros dispositivos tecnológicos. Não ao acaso, esses movimentos tornaram-se objetos fecundos para estudos e pesquisas das ciências sociais e humanas, permitindo uma enormidade de possibilidades e chaves para a leitura que confluem entre as ciências sociais e a antropologia e chegam até a comunicação, o que mais nos importa aqui.

Pesquisadores como Maria da Glória Gohn (2017), delimitaram esses novos formatos de reivindicação como: “novíssimos movimentos sociais”. Para a autora, esses movimentos seriam a “grande novidade do novo milênio”, e além de não apresentarem consenso, estariam fadados ao conflito. Castells (2017), conclui que redes locais se formam dentro do movimento a todo momento, e se coadunam com outras de maneira global (daí a particularidade do neologismo *glocal*). Os movimentos sociais na era digital incluem redes *on* e *off*, mas as tecnologias fazem-se importantes e imprescindíveis aqui, porque permitem sua expansão, mudam o formato dos movimentos dos quais estávamos acostumados em tempos não tão distantes. (CASTELLS, 2017).

Ao atuarem em distintas escalas, esses movimentos conseguem reconfigurar também as dinâmicas comunicacionais entre os seus, se atualizam. Ocupam espaços mas fazem o chamamento para que ele seja ocupado em conjunto, vislumbrando a partir de outras iniciativas, se apropriar de experiências já vivenciadas. A penetrabilidade e o armazenamento possibilitado pela rede importa significativamente aqui porque são justamente os responsáveis por boa parte dessas particularidades aqui suscitadas, tornando-os específicos, distintos.

Canclini (2019), relata-nos movimentos que irrompem os espaços institucionais das plataformas, utilizando-se de dinâmicas de *softwares livres*, por exemplo. Movimentos como esses, se situam nas redes sociotécnicas mas subvertem as lógicas presentes nas plataformas, atuando em diversas escalas conversacionais, estes: “criam

nexos cooperativos que potencializam sua autonomia graças às tecnologias de uso aberto” (CANCLINI, 2019: 108, tradução nossa). Importante destacar, contudo, que mesmo que estruturalmente anti-hegemônicos, nem todos os movimentos conseguem construir e delinear sua comunicação a partir de ferramentas alternativas, visto que muitos conseguem dar vazão às movimentações nas e pelas próprias plataformas hegemônicas, criando seus grupos em espaços como o *Facebook*, o *Telegram* e o *Whatsapp*, por exemplo.

Sendo assim, é em Canclini (2019) também que somos alertados acerca da paradoxalidade advinda dessas novas formas de construir movimentação social em rede, em especial se tratando da alta profusão e acesso dos indivíduos às plataformas, utilizadas, invariavelmente como principal espaço para efetuar as dinâmicas comunicacionais dessas movimentações.

O autor nos lembra que a internet oferece recursos e ferramentas que nos são positivas e potentes mas que a dependência a órgãos de gerenciamento e a vasta gama de conglomerados acabam maximizando suas vinculações a pontos negativos, que invalidam discursos não-hegemônicos, inflam práticas de dominação e, se sustentam sendo altamente antidemocráticos (CANCLINI, 2019). Para o autor há três pontos que reforçam as práticas predatórias vinculadas às redes sociais *online*, sendo elas: a) a ausência de consentimento informado aos sujeitos sobre os rumos de seus dados; b) a facilidade com que conteúdos odiosos circulam; e c) a incapacidade de eliminar informações falsas imediatamente.

Questões que somam e fazem coro às propostas por Tim Burns Lee, criador do *world wide web*, em carta aberta, escrita em comemoração aos 30 anos da internet, em 2019, mesmo ano do lançamento de “Ciudadanos reemplazados por algoritmos”, livro de Canclini, citado aqui. Na carta, Lee fala sobre a oportunidade de refletir sobre os 30 anos da ferramenta, relembra que metade do globo ainda não tem acesso diário à internet e pede para que pensemos em construir um ambiente melhor nos próximos 30 anos, destacando três pontos que considera os mais degradantes para a vida social em rede: a) atividades maliciosas, e assédio; b) modelos de negócio que recompensam cliques e espalhamento de desinformação; c) consequências não intencionais, a qual conclama a polarização de discursos a partir do ideal de bolhas de conversação.

De fato, a complexidade envolta a essas novas formas de entender e pensar sobre os movimentos sociais originados de uma sociedade em rede precisa ser posta. A digitalidade permitiu reunir pessoas mesmo que estas estivessem sob longínquas distâncias, separadas geograficamente; permitiu também congregar visões, juntar afinidades, mostrar-se fazendo. Permitiu criar, propor e pensar em novos formatos de reivindicação. Não à toa, esses movimentos ganharam tanto destaque na academia quanto fora dela. A tentativa de compreendê-los fez com que muitos autores e autoras virassem seus olhos para essa nova temática e buscassem resquícios do que já se foi e pistas sobre o que viria a partir deles.

Coube a comunicação, entender como esses fluxos se davam, priorizar olhar para as dinâmicas conversacionais, perceber como nascem, entender quem participa, registrar e elucidar suas especificidades. Talvez caiba-nos, momentaneamente, inspirados mais uma vez em Canclini (2019), entender os desejos paradoxais envolvidos por esse tipo de manifestação, mas compreender que há uma cidadania experimental emergindo desde essas movimentações, mas que não pode-se esquecer de toda lógica algorítmica racionalizante presente nesses espaços que já foram utopias. Olhar para as riquezas de abordagens pode ser rico para comunicação digital, mas manter-nos vigilantes, também.

3. Das novas formas de vigilância, da subjetivação e das narrativas de si

É consensual que vivemos hoje instados sob uma nova égide da visibilidade. Diferente de períodos anteriores, onde a discrição era valiosa, nos tempos contemporâneos o que vale é se mostrar. Sem atestar aqui que são frívolas todas as iniciativas de exposição de si nas plataformas de redes sociais, pretendemos amplificar este debate que passa entre outros assuntos por questões que envolvem abstrações psicológicas, e que desembocam em debates acerca do direito à privacidade e intimidade, mas que precisamente também envolvem tematizações acerca da vigilância. Esta, que também passou por mudanças profundas.

Quando Foucault (1975; 2014) nos permitiu pensar no panóptico, primeiramente refletido por Jeremy Bentham, como um instrumento de controle que exercia uma visibilidade permanente e que assegurava o poder de maneira automática, ele nos ajudava a pensar em um momento histórico muito específico. O autor francês, bem verdade, nos apresentou questões muito importantes e frutíferas para as ciências humanas e sociais e

para os debates acerca do direito penal, em especial do punitivismo, mas aqui nos interessa visualizar essa construção teórica para outros fins.

Enquanto o sujeito o qual Foucault escrevia, mantinha uma autorreflexividade em relação à vigilância sob a qual estava condicionado, não podemos afirmar o mesmo acerca do sujeito contemporâneo, envolto às tecnologias digitais. Segundo Mattelart e Vitalis (2014), é a invisibilidade dos dispositivos que garantem sua eficácia. Por isso, a vigilância atual é diferente da noção que a precedeu.

Os sujeitos instados sob essa nova vigilância, estão vinculados a uma enorme cadeia produtiva que se baseia na exploração de dados pessoais, em um perfilamento, um controle exercido a partir de uma gigantesca exploração de informações obtidas em meio a uma enorme bases de dados, que reconhecem maquinalmente nossos gostos, vontades, desejos e, muitas vezes, influem sobre nossos estados psíquicos e emocionais.

A vigilância é autorizada nos termos de uso, muitas vezes sequer lidos pelos sujeitos que se utilizam dos produtos. As grandes empresas e conglomerados, como o *Google*, o *Meta* - que abarca o *Facebook* e o *Instagram* -, o *Youtube*, e principalmente grandes plataformas de varejo como a *Amazon*, nos propõe serviços “utilitários” e acabam por gerar uma infinidade de dados pessoais dos cidadãos. Uma vigilância participativa, então; já que os usuários parecem ter consciência sobre a quantidade de dados captados pelas empresas, mas acreditam estar sendo recompensados pela qualidade de seus serviços (MATTELART; VITTALIS 2014). Não se trata de subestimar a atuação das plataformas, nem desconhecer a padronização da exploração de dados obtidos, mas há “benefício pelas funcionalidades”, criadas, bem sabemos para suprir necessidades artificiais, como faz o capitalismo desde o início de sua trajetória.

Voltando à introdução de nosso ensaio: se na Revolução Industrial, as fábricas eram locais de experimentação para dispositivos que monitoravam o desempenho dos funcionários, provocando-os estar inseridos em uma lógica de vigilância desmedida, hoje a vigilância está em nossas mãos. Os *smartphones* são “cavalos de tróia” da nossa intimidade: deixam pegadas de nossos passos, distribuem as informações com coletas e (re)coletas de dados a todo momento. E o mais importante: quanto mais usuários, mais dados. O aumento de informações disponíveis melhora qualitativamente o funcionamento desse mecanismo. (MATTELART; VITALIS, 2014)

Essa discussão se coaduna com uma dinâmica que também ganhou força a partir e principalmente pelo advento das tecnologias digitais: a exposição de intimidade. Novamente, reiteramos aqui que não há intenção de creditar ao debate dimensões valorativas e que tangenciam a temática para inferências narcísicas ou de frivolidade. Entendemos que há dimensões que envolvem perspectivas comunicacionais e que elas são múltiplas, fogem do determinismo e que precisam ser refletidas a partir de um pensamento congregador.

A explosão das narrativas de si e da exposição do íntimo, foram questões trabalhadas por Sibilia (2016), em seu trabalho basilar para o campo, buscando entender a partir da perspectiva arqueológica, as novas formas de subjetivação na contemporaneidade. A autora analisou e compreendeu as modificações das formas de ser-estar e de entender as dimensões íntimas, que passavam, a partir de então, pela validação do olhar do outro e já não se encontravam mais reclusas, escondidas e fora do campo de visão público, como fora na modernidade. Sendo assim, conclamou *extimidade*, a partir do empréstimo ao neologismo de Lacan, essas novas formas de se compreender um conceito tão amplo e complexo como o que pretendemos refletir aqui.

Mas como interseccionar esse debate a todo o volume de dados dos quais estamos constantemente entregando às plataformas? Aí talvez resida uma brecha que o campo comunicacional ainda precisa trilhar. Nos importam os debates filosóficos suscitados por abordagens como as de Sibilia; no entanto, entendemos que já não podemos mais descartar de vista ou pretender não abordar questões que envolvem a co-participação algorítmica atravessada nas exposições e narrativas de si nas plataformas.

Pablo Rodríguez (2018), nos ajuda a entender um pouco do que chama “espetáculo do dividual”, inspirado em Deleuze, afirmando que a “privacidade e a intimidade encontram-se em processo de transformação não só por uma questão de segurança mas também por certas mudanças nas formas de construir subjetividades” (RODRÍGUEZ, 2018: 195). Subjetividades essas, atravessadas por dimensões técnicas e algoritmos. Portanto, não seriam as redes sociais digitais que levam a intimidade a ser divulgada, mas apenas o locus onde se expressa essa divulgação. (RODRÍGUEZ, 2018).

Daí a importância de se apropriar de debates que envolvem perspectivas críticas, filosóficas e arqueológicas e que dialogam com as dimensões do sensível *na e da* comunicação, como é o caso de pesquisas como as de Sibilia (2016), e entrelaça-las a

questões da tecnocultura, do debate sob a égide algorítmica, sobre a vigilância desmedida de conglomerados midiáticos, como fazem Vittalís e Mattelart (2014), mas também Bruno (2013).

Há uma dupla afetação nesse espaço e precisamos considerá-lo a partir de sua complexidade fundante. Não se trata de se expor, apenas. Se trata de se expor (in)conscientemente de que essa exposição, que busca o olhar do outro e que cria novos regimes de visibilidade contemporâneos, como bem nos explica Bruno (2013), está envolvido por dimensões técnicas das quais não temos dimensões concretas, mas que não podem estar situadas em um espaço de transcendentalismo. Os algoritmos não são estruturas metafísicas, sublimes. Também não podem estar situadas como objetos exclusivos das ciências “duras”, das engenharias computacionais ou de *software*.

Para que resgatem ou possamos construir civilidade e encontremos um aspecto de cidadania nesses espaços em rede, que precisam de nossas construções narrativas, que se valem de nosso eu, mas que também influenciam a forma como fazemos isso, devemos pensar o lugar dos sujeitos e sujeitas nesses espaços em co-relação com essas estruturas.

4. Das saídas epistêmico-metodológicas e das considerações finais: cidadania científica e complexidade intrínsecas às pesquisas comunicacionais

Neste ensaio decidimos contemplar dois fenômenos distintos que se apresentam profícuos para entender as modificações abarcadas pelo advento da tecnologia digital e da sociedade da informação. Buscamos apresentar as questões sem imprimir pensamentos deterministas e sem buscar respostas prontas para as problemáticas que se delineiam a partir do explicitado, considerando inclusive, que são muito distintos os debates propostos. Esclarecemos aqui, contudo, que a decisão foi feita de forma consciente e pensada. Queríamos congregiar questões diferentes para explicitar suas peculiaridades, sentir suas dimensões e camadas, atestar sua complexidade.

Tentamos, portanto, seguir as dimensões de uma cidadania científica, fugindo de discursos positivistas e buscando refletir em como a comunicação pode pautar debates complexos acontecendo na concretude de nosso cotidiano. Essa busca, contudo, acrescentamos aqui, deve ser contínua, sempre considerando a incompletude como essência: não vamos e nem poderemos resolver todas as problemáticas que nos são apresentadas; no entanto, podemos olhar para elas a partir de uma visão

transmetodológica e complexa. Também não devemos assumir que o pensamento científico é uno e exclusivo, ou que ele está acima dos outros, como o dos povos originários, ou os advindos do senso comum, da vivência e do cotidiano. Nem melhores ou piores, são diferentes. Sair da torre de marfim a qual por muito tempo os cientistas estiveram, talvez seja o início de um legado que a cidadania científica busca apreender e nos mostrar.

Pensamos junto a Efendy (2011), que para a construção de mundos melhores e mais dignos, a ciência social e humana deve atuar sempre sob uma reflexividade, uma vigilância epistêmica que possibilita, entre outras coisas, uma fuga do positivismo e dos métodos feitos em “controle remoto”, prescritos, roteirizados e sem inventividade. Devemos atuar na confluência e confrontação contínua.

Os temas e os objetos que contemplam os eixos apresentados neste trabalho precisam ser pensados interdisciplinarmente. Não há métodos prontos para lidar com temas fluídos como os da comunicação, em especial para lidar com a flexibilidade da internet, das dinâmicas em rede e dos processos que acontecem *online*. Cabe-nos criar, deixar-nos interpelar por um processo de inventividade (Efendy, 2011; 2014) que também fortalece nossa formação cidadã. E talvez seja aqui onde possamos encontrar nossa especificidade como campo científico.

Consideramos importante aceitar a dinamicidade que a prática metodológica na comunicação exige; entendo que ela pode (e deve) passar por reformulações e que elas são transformadoras, aprofundam nosso trabalho científico e nos transformam também. Sendo assim, que aceitemos esta flexibilidade e que a tomemos como peculiaridade da comunicação. Que deixemos o controle de lado e que possamos repensar nossas práticas, afinal: “é na diversidade e na limitação que se encontram elementos cruciais para compreender a comunicação” (EFENDY, 2014: 9). Aquilo que dávamos como certo e se modifica é o que mais nos faz pensar: as rupturas do cotidiano nos importam, são valiosas.

Se há vertentes científicas que insistem em lembrar que não temos objetos específicos, que precisamos delinear melhor nossas temáticas, que emprestamos metodologias de outros campos e que, por isso, não configuramos ainda enquanto ciência propriamente dita, podemos aproveitar tudo isso a nosso favor ao invés de nos subestimarmos.

Inspirados em Martín-Barbero (2018), autor colombiano dos mais importantes ao nosso campo, refletimos que: “se comunicar é sair do reduto, romper a máscara, abandonar a ilusória segurança do interior, deixar-se interpelar, desafiar por esse mundo em que o eu e o outro estão incertos, então a comunicação é um caminho válido” (MARTÍN-BARBERO, 2018: 111, tradução nossa).

Sendo assim, ao nos depararmos com as pesquisas em comunicação, e ao aceitar assumir a incerteza, podemos ter, dicotomicamente a certeza que estamos no caminho certo, que tudo está nos conformes e que cabe a nós buscar nossa própria organização, a partir de posturas cidadãs, conscientes e que primam por uma abordagem científica cidadã.

REFERÊNCIAS

BRUNO, Fernanda. **Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

CASTELLS, M.: **A Sociedade em Rede**. São Paulo, Paz e Terra, 2002

_____.: **O Poder da Identidade**. São Paulo/Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2018

CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania**. São Paulo: Loyola, 2005

DOWBOR, Ladislau. **O capitalismo se desloca: novas arquiteturas sociais**. São Paulo: Edições SESC, 2020

MOGLEN, Eben. El manifiesto puntoComunista. In: LAGO, Silvia (comp.). **Ciberespacio y resistencias: exploraciones en la cultura digital**. Buenos Aires: Hekht Libros, 2014

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2014

GARCÍA CANCLINI, Néstor. Ciudadanos remplazados por algoritmos. Guadalajara/México: Editorial de la Universidad de Guadalajara, 2019

MALDONADO, Efendy. A construção da cidadania científica como premissa de transformação sociocultural na contemporaneidade. In: **Compós**, Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 20., 2011, Porto Alegre. Anais eletrônicos... Porto Alegre: UFRGS/Compós, 2011. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1582.pdf>

MALDONADO, Efendy. Perspectivas transmetodológicas na pesquisa de sujeitos comunicantes em processos de receptividade comunicativa. In: _____ (Org.). **Panorâmica da investigação em comunicação no Brasil**. 1 ed. Salamanca Espanha: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, 2014, v. 1, p. 17-40.

IX PENSACOM BRASIL – 07 e 08 de dezembro de 2022

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **La palabra y la acción:** por una dialéctica de la liberación. Bogotá: Editorial Universidad Pontificia Universidad Javeriana, 2018

MATTELART, Armand; MATTELART, Michele. **Pensar as mídias.** São Paulo: Loyola, 2004

MATTELART, Armand; VITALIS, André. **De Orwell al cibercontrol.** Barcelona: Gedisa, 2014.

RODRÍGUEZ, E. P.: Espetáculo do individual: tecnologias do eu e vigilância distribuída nas redes sociais. In: **Tecnologias da Vigilância: perspectivas da margem.** Org. BRUNO, F. São Paulo, Boitempo, 2018

SIBILIA, P.: **O show do eu:** A intimidade como espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016